



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia  
Brasil

de Carvalho-Freitas, Maria Nivalda; Marques, Antônio Luiz  
A DIVERSIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA: A INSERÇÃO NO TRABALHO DE PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA

Organizações & Sociedade, vol. 14, núm. 41, abril-junio, 2007, pp. 59-78

Universidade Federal da Bahia  
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638290004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# A DIVERSIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA: A INSERÇÃO NO TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Maria Nivalda de Carvalho-Freitas\***  
**Antônio Luiz Marques\*\***

## RESUMO

O presente artigo, de natureza teórica, tem por objetivo contribuir com os estudos de diversidade que se debruçam sobre a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O pressuposto adotado foi de que a forma de interpretação compartilhada pelas pessoas sobre a deficiência é um fator explicativo importante para a gestão da diversidade, devido ao seu impacto nas ações e escolhas das pessoas. Utilizou-se método de análise histórica das principais invariantes ou padrões de comportamento que permanecem nas visões compartilhadas sobre a deficiência ao longo do tempo. A partir da análise da literatura estrangeira e nacional foram identificadas seis matrizes de interpretação sobre a deficiência que podem ser utilizadas como instrumentos heurísticos para a compreensão da diversidade nas organizações: a matriz da subsistência/sobrevivência; a matriz da sociedade ideal e função instrumental da pessoa; a matriz espiritual; a matriz da normalidade; a matriz da inclusão social e; a matriz técnica.

## ABSTRACT

The present article, in a theoretical perspective, intends to contribute to the studies about diversity, especially concerning the inclusion of people with disabilities in the workplace. The premises regarding the way people interpret the disability are an important explanatory factor to the diversity management because they may become a useful tool to understand people's actions and their choices. The method adopted was the historical analysis of the main constants or behavior patterns which remain throughout the time. From the analysis of the international and national literature, six forms of interpretation about the disability, which can be used as heuristic instruments to the diversity in the organizations comprehension, were identified: the subsistence/survival conception; the conception of ideal society and the instrumental function of the people; the spiritual conception, the normality conception; the social inclusion conception and the technical conception.

*\*Profª Depto. de Psicologia/UFSJ*

*\*\*Prof. CEPEAD/FACE/UFGM*

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a diversidade vem se caracterizando como um tema relevante dos estudos organizacionais, contudo é um conceito que ainda carece de consenso entre os pesquisadores (NKOMO e COX JR., 1999). As definições variam num contínuo de uma perspectiva considerada restrita, que enfatiza a discriminação devido à raça, etnia, gênero e outros (CROSS, KATZ, MILLER e SEASHORE, 1994), até uma definição bastante ampliada em que diversidade inclui todos, tendo por critério aspectos que diferenciam indivíduos e grupos (JAMIESON e O'MARA, 1991). Neste estudo, de natureza teórica, a diversidade será contemplada em uma perspectiva restrita, considerando a discriminação e possibilidades de inserção no trabalho de pessoas portadoras de deficiência<sup>1</sup>.

Por outro lado, a *Gestão da Diversidade*, como um campo de estudos e práticas com vistas a gerenciar a diversidade dentro das organizações, surge e ganha contornos específicos no contexto do processo de globalização e fusão das empresas e em função da pressão de organismos internacionais ou de movimentos sociais.

Os estudos sobre a diversidade com foco na inserção no trabalho das pessoas com deficiência, realizados no Brasil, têm tido como objeto principal de análise as dificuldades e facilidades dessas pessoas para se inserirem e se manterem no mercado de trabalho (HEINSKI e BIGNETTI, 2002; NERI, 2003; BATISTA, 2004; CARVALHO-FREITAS, MARQUES e SCHERER, 2004, dentre outros) e as práticas de gestão dessa dimensão da diversidade adotadas pelas organizações (HANASHIRO E GODOY, 2004).

Além disso, os estudos sobre a diversidade que contemplam a inserção de pessoas com deficiência, tanto na sociedade quanto na educação ou no trabalho, são unânimes ao considerar a relevância social desse grupo, uma vez que, no Brasil, segundo o censo realizado em 2000 pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, existem 24,5 milhões de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência, o que corresponde a 14,5% da população brasileira. Ademais, segundo Neri *et al.* (2003), apenas 2,05% do total de trabalhadores brasileiros são pessoas portadoras de deficiência, sendo que 29,05% deles vivem em situação de miséria e 27,61% não possuem nenhuma escolaridade. Além disso, as políticas de ação afirmativa<sup>2</sup> implementadas no país desafiam as organizações de trabalho a desenvolver novas competências e a ressignificarem a concepção que têm de deficiência e das possibilidades de trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

Em relação aos direitos trabalhistas, as pessoas com deficiência e acidentados são amparadas pela Constituição brasileira. Em virtude disso, ocorre reserva de cargos e a proibição de qualquer discriminação no tocante à remuneração e critério de admissão dos amparados. Tais medidas foram regulamentadas pelas Leis: Lei 8.213/91, que indica os percentuais de postos de trabalho de acordo com o número de empregados da empresa; e a Lei 7.853/89, referente à política nacional voltada para o portador de deficiência. O direito ao trabalho do portador de deficiência também é assegurado pelo Decreto 3.298/99, que determina a forma de acesso ao mercado formal de trabalho; haja vista que o mercado formal de trabalho representa o conjunto de organizações em que a relação capital-trabalho é mediada por um vínculo empregatício.

<sup>1</sup> De acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, considera-se que a deficiência é "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano". Não será utilizada a expressão pessoas com necessidades especiais por sua pouca capacidade de especificidade, nela podendo ser contempladas pessoas obesas, idosas, com problemas de atenção, com transtornos de comportamento etc.

<sup>2</sup> Por política de ação afirmativa entende-se "um conjunto de políticas específicas para membros de grupos sociais atingidos por formas de exclusão social que lhes negam um tratamento igualitário no acesso às diversas oportunidades" (ALVES e GALEÃO-SILVA, 2004, p. 22).

Por outro lado, analisando as pesquisas que contemplam a questão da diversidade, colocada pela inserção social das pessoas com deficiência, verifica-se que um fator explicativo para esta questão é a forma de interpretação compartilhada sobre a deficiência, devido ao seu impacto nas ações e escolhas das pessoas. Por exemplo, Woodhams e Danieli (2000) afirmam que existem dois modelos principais de interpretação da deficiência: o “modelo biológico”, com ênfase nas disfunções e no desvio do padrão de funcionamento biológico, que facilita a discriminação e a exclusão das pessoas com deficiência; e o “modelo social” que trata a deficiência como uma construção social que desvaloriza a diferença.

Goss, Goss e Adam-Smith (2000), por seu turno, afirmam que a legalização do trabalho das pessoas com deficiência está ancorada em duas formas de interpretação principais: a baseada numa visão de caridade, que se apoia no esquema de cotas de emprego e que tem no “modelo médico” sua forma privilegiada de compreensão da deficiência como um atributo individual, resultado de uma patologia; e outra que defende o “modelo social” com forte ênfase nos direitos e que define a deficiência ou desvantagem como produto das limitações causadas pelos impedimentos e barreiras sociais.

Também Sasaki (1999) afirma que as políticas sociais voltadas às necessidades das pessoas com deficiência foram caracterizadas por dois modelos de interpretação da deficiência: o modelo da “integração social”, que se constitui em uma visão médica da deficiência e que deu origem às práticas sociais, as quais visavam melhorar a pessoa com deficiência para conviver em sociedade; e o modelo da “inclusão social” compreendido como um processo bilateral em que a sociedade se adapta às necessidades das pessoas com deficiência e essas pessoas buscam o seu desenvolvimento na sociedade.

Ainda dentro desse fator explicativo, que contempla as interpretações sobre a deficiência, estão os estereótipos entendidos como crenças generalizadas sobre características pessoais (atributos) de grupos minoritários, as quais são consideradas como tipicamente negativas<sup>3</sup> e que se concretizam por meio dos preconceitos. Várias pesquisas foram produzidas contemplando a questão do preconceito em relação às pessoas com deficiência (OMOTE, 1987; GLAT, 1995; CROCHÍK, 1996; MARQUES, 1998; MARQUES, 2001; POPOVICH *et al.*, 2003; QUINTÃO, 2005, dentre outros). Stone e Colella (1996), por exemplo, desenvolveram um modelo de fatores que afetam o tratamento das pessoas com deficiência nas organizações; sendo um dos fatores considerado os atributos (estereótipos) que os observadores (colegas e chefias) atribuíam como característicos das pessoas com deficiência.

Frente a esse cenário, o objetivo do artigo é contribuir com os estudos de diversidade que se debruçam sobre a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por meio da análise histórica das principais formas de interpretação sobre a deficiência, com ênfase nas possibilidades de inserção dessas pessoas na sociedade e, mais especificamente, no trabalho. A opção pela análise histórica se deve à possibilidade de retirar a questão da deficiência de uma perspectiva meramente de atributos característicos da pessoa com deficiência (estereótipos) e recolocá-la na dimensão das relações, em que a deficiência é revestida de significações específicas conforme o contexto analisado.

O artigo está, então, organizado em três partes, além da presente introdução: na próxima seção será apresentado o método utilizado para analisar as formas de interpretações da deficiência predominantes ao longo do tempo. Na seção seguinte, são apresentados o contexto de surgimento de cada matriz de interpretação e os momentos históricos em que esta é reeditada, além de uma síntese das principais interpretações. O artigo é concluído com algumas considerações sobre possíveis implicações da análise realizada para a própria definição de deficiência e para a gestão do trabalho de pessoas com deficiência.

<sup>3</sup> Goffman (1989) afirma que uma pessoa considerada normal ao relacionar-se com pessoas que têm um atributo que a torna diferente, isto é, menos desejável, deixa de considerá-la uma pessoa comum e a reduz a uma categoria diminuída, atribuindo esse descrédito ao que denomina de estigma.

## MÉTODO UTILIZADO

Ainda que concordando com a premissa de que toda reconstrução histórica supõe necessariamente uma escolha e, conforme Reed (1999), é sempre sujeita a contestações, optou-se no presente artigo por utilizar a história como um instrumento para auxiliar no entendimento das formas de interpretação da deficiência predominantes ao longo do tempo e, por esse recurso, delinear as principais matrizes interpretativas<sup>4</sup> que moldaram e legitimaram a distinção das pessoas com deficiência, tanto na sociedade quanto no trabalho.

Nesse sentido, a diversidade é considerada, em um foco específico, como um produto emergente de um processo histórico de classificação e atribuição de características que distinguem pessoas, grupos, comunidades e sociedades e que oferecem a justificação para suas posições sociais diferenciadas.

A análise histórica foi, então, realizada a partir da busca de invariantes ou padrões que permanecem nas visões compartilhadas sobre a deficiência, mesmo quando o contexto histórico varia. Essa perspectiva de análise das concepções de deficiência é baseada na visão de Domingues (2004) que defende o argumento do conhecimento como construção e não contemplação. Afirma, ainda, que uma via possível de conhecimento é tratar o acontecimento visando distinguir o que permanece e o que muda. Assim, a definição de estrutura tem um papel fundamental, pois auxilia a entender os padrões de relações e regularidades que permanecem mesmo quando a dimensão do tempo se modifica. Segundo Boudon (1974), o grande interesse dos estudos estruturalistas “consiste em introduzir uma ordem explicativa em uma incoerência fenomênica” (p. 143).

Assim, para a construção das matrizes interpretativas, buscou-se, nos diversos períodos históricos – Grécia Antiga, Período Clássico, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea –, estudos que, de forma direta ou indireta, fizessem menção às pessoas com deficiência. Após análise dos diversos estudos, foram verificadas as invariantes ou padrões de comportamento predominantes em relação às pessoas com deficiência em cada período e sua reedição ou não em épocas diferentes. Além disso, foram buscadas as justificativas para a raiz das diversas concepções de deficiência na forma predominante de conceber o homem, o mundo e o conhecimento em cada época. Nas análises de períodos históricos em que não foi possível identificar uma interpretação predominante, por exemplo, na Grécia Antiga e no Período Clássico, foram utilizados os mitos e as proposições de pensadores considerados representantes do período, limitando as análises às suas formas de conceber a deficiência. O argumento defendido no presente artigo é o de que as *concepções de deficiência* são modos de pensamento sobre a deficiência, os quais se estruturam a partir de matrizes de interpretação predominantes que contribuem para o aparecimento de ações sociais mais ou menos regulares, bem como abrem maiores ou menores possibilidades de inserção social para a pessoa com deficiência. Cada matriz foi definida em função das modalidades predominantes de pensamento que organizam a atividade social, reconhecendo, qualificando e desenvolvendo ações sociais específicas e favorecendo ou interditando a inserção social das pessoas com deficiência.

## AS MATRIZES INTERPRETATIVAS

São apresentados, a seguir, o contexto de surgimento de cada forma predominante de pensamento sobre a deficiência e suas repercussões nas ações em

<sup>4</sup> Por matrizes interpretativas entendem-se as modalidades relativamente estáveis e organizadas de pensamento, ancoradas em concepções de homem, mundo e sociedade, as quais organizam a atividade social, reconhece e qualifica necessidades e admite formas de satisfazê-las, em função de seus fins. O recurso de identificação de matrizes interpretativas para a análise histórica também foi utilizado por Figueiredo (1991), em seu livro “Matrizes do Pensamento Psicológico”.

relação às pessoas com deficiência. Também é indicada a reedição de cada matriz em outros contextos e sua permanência em comportamentos atuais, mesmo quando a dimensão do tempo se modifica.

## A PREDOMINÂNCIA DO MODELO DA SUBSISTÊNCIA/SOBREVIVÊNCIA

Essa matriz ou modelo de interpretação teve sua origem na Grécia Antiga e tem nesta seus principais fundamentos e possibilidade de entendimento dos padrões de comportamento em relação à pessoa com deficiência que, a despeito da dimensão do tempo, são passíveis de serem encontrados em outros períodos históricos.

A sociedade ocidental é tida como herdeira das concepções desenvolvidas na Grécia Antiga (Século XII a. C. ao Séc. VII a. C.), considerada o berço da civilização. O período de que se tem notícia, anterior ao Séc. XII a. C., é o da civilização micênico-cretense na Grécia, com sua estrutura fundada em uma "monarquia divina em que a classe sacerdotal tinha grande influência e o poder político era hereditário" (MARCONDES, 2002, p. 21). Era uma aristocracia militar baseada em uma economia agrária. Nesse período, o pensamento mítico era a forma que o povo adotava para explicar aspectos essenciais da realidade, como a criação do mundo, a natureza, as origens do povo e seus valores básicos. Os elementos centrais do pensamento mítico são o apelo ao sobrenatural e ao mistério. "São os deuses, os espíritos, o destino que governam a natureza, o homem, a própria sociedade" (MARCONDES, 2002, p. 20), e o conhecimento é revelado por e através desses deuses.

O mito que melhor retrata o tratamento destinado às Pessoas Portadoras de Deficiência – PPDs – na mitologia grega é o Mito de Hefestos, deus do fogo, que doma os metais e torna possível as artes. Seu correlato na mitologia romana é o Mito de Vulcano. Hefestos era filho de Zeus e de Hera e, além de fisicamente bruto, era coxo. Contudo, só se pode compreender o Mito de Hefestos quando se retomam as relações estabelecidas por ele, sua história e seu destino. Conta-se que Hera, envergonhada de ter dado a luz a um filho tão disforme, o precipitou no mar para que ficasse eternamente escondido nos abismos. Ele foi, contudo, recolhido pelas filhas do Oceano, Tetis e Eurínome, que o levaram para a ilha de Lemos onde ele, durante vários anos, trabalhou como artesão, fabricando os mais belos objetos em ferro, bronze e metais preciosos; forjava, inclusive, os raios de Zeus. As lavas do vulcão de Etna eram, para os antigos, o indício da atividade subterrânea de Hefestos e de seus auxiliares, os Ciclopes, que eram gigantes de um olho só no meio da testa. Um dia Hefestos resolve tentar regressar ao Olimpo de onde havia sido expulso. Fabricou um belo trono de ouro para Hera, no qual continha uma armadilha que a tornava prisioneira do trono, obrigando-a a chamá-lo de volta para desvencilhá-la. Hefestos solta Hera e assume seu lugar na morada dos deuses. Hefestos casa-se com Afrodite, a bela e infiel deusa do amor, com quem não teve nenhum filho. Teve cinco filhos, no entanto, com Prenesta, Etna, Anticlêa e com Cabiro (MANSAN, 2004; MEUNIER, 1976).

O mito como uma forma privilegiada de expressão do que o homem faz e pensa, nesse período histórico, reforça a concepção de homem necessária à organização de uma sociedade guerreira, agrícola e preocupada com a defesa e subsistência da organização social que aspirava ao homem "belo e bom".

Portanto, os valores de beleza, vigor e capacidade física eram relevantes, pois dariam ao povo as condições de subsistência e sobrevivência. Esse contexto oferece os elementos para a compreensão da concepção de deficiência nesse período. Infere-se que, na Grécia Antiga, a visão compartilhada era a de deficiência como dificultadora da sobrevivência/subsistência do povo, visto que um corpo disforme ou sem as funções que garantiriam o vigor e a força, pouco contribuiriam para a agricultura ou para a guerra. A inserção só seria admitida mediante a comprovação de contribuição social por parte da pessoa com deficiência, assim como fez Hefestos.

Essa matriz de interpretação, baseada na perspectiva da subsistência/sobrevivência, se reedita em outro contexto histórico bastante diferenciado: o período pós Segunda Guerra Mundial, época em que o *status* das pessoas com deficiência começou a se modificar. Nesse período, os países europeus estavam em uma situação precária e precisavam de homens para o mercado de trabalho (subsistência/sobrevivência); por outro lado, os ex-combatentes, apesar de mutilados pela guerra, detinham um capital social e cultural diferenciado; representavam os esforços de luta dos países e eram reconhecidos como pessoas capazes de contribuir com a sociedade, apesar de suas deficiências. Essas situações combinadas propiciaram o início das mudanças em relação às pessoas com deficiência, excluídas até então, sendo uma referência do início da legalização do direito ao trabalho para essas pessoas.

Verifica-se, nesse momento histórico, que a matriz de interpretação continuava sendo a subsistência/sobrevivência, que obrigou a Europa Ocidental, principalmente, a rever seus critérios de exclusão com o objetivo de absorver a contribuição social necessária das pessoas com deficiência.

Constata-se, assim, que na matriz de interpretação da subsistência/sobrevivência o padrão de comportamento e ação que permanece é a busca de manutenção da sociedade, sendo que as possibilidades de inserção das pessoas com deficiência estão condicionadas à comprovação de sua contribuição social efetiva, principalmente por meio do trabalho. Essa matriz se reedita de uma forma implícita e modificada nas demais matrizes, pois o pressuposto da necessidade de comprovação de contribuição social efetiva por meio do trabalho permanece como um condicionante da inserção das pessoas com deficiência. Este, contudo, é uma condição de inserção no mundo do trabalho a que está sujeita a maioria das pessoas. A diferença é que a tendência em relação às pessoas com deficiência é avaliá-las, *a priori*, como incapazes de contribuir, sendo necessário um esforço extra por parte delas para comprovar sua condição, como no caso do mito de Hefestos, ou uma conjuntura social que obriga a sociedade a rever seus critérios, como no pós-guerra.

## A SOCIEDADE IDEAL E A FUNÇÃO INSTRUMENTAL DA PESSOA COMO MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO

Pode-se localizar o aparecimento dessa matriz no período clássico que, segundo Marcondes (2002), é aquele compreendido entre o Século VI a. C. e o ano 322 a. C. Por volta de 900 a 750 a. C., começam a surgir na Grécia as cidades-Estado, com uma participação política mais ativa dos cidadãos. A Grécia havia sido invadida pelas tribos dóricas, provenientes da Ásia Central, e começava a surgir uma nova ordem econômica baseada em atividades comerciais e mercantis. O confronto de diversas culturas, devido às atividades econômicas, teria enfraquecido o poder explicativo dos mitos, revelando sua origem cultural. O pensamento mítico, com sua concepção de homem, mundo, sociedade e conhecimento, vai deixando de satisfazer as necessidades da nova ordem social. Esse contexto abre as possibilidades do surgimento posterior do pensamento filosófico de Platão e Aristóteles, os quais fazem referência explícita às PPDs.

Platão nasceu em Atenas, ou Égina, em 427 a. C. e, ainda sob a influência da mitologia grega, buscava entender a realidade como sendo eterna e imutável; contudo, ancorada na razão e não mais na crença. Fundou a idéia de racionalidade, que pressupõe a existência de princípios gerais, universais, os quais fundamentam as normas da ação. Platão partia da concepção de que há um conhecimento inato e que esse conhecimento serve como ponto de partida para todo o processo de conhecimento; que a alma traz consigo o resultado da contemplação das formas, as essências das coisas, antes de encarnar no corpo mortal. Contudo, nesse processo de encarnação, a alma tem a visão obscurecida das formas, e é necessário o trabalho do filósofo para despertar esse conhecimento esquecido. No seu



mais importante diálogo, “A República”, Platão demonstra seu interesse prático pela dimensão ética e política da existência humana. Parte da reflexão sobre a situação política de Atenas e apresenta o que poderia ser considerada uma proposta ideal de cidade-Estado, uma alternativa à realidade existente (MARCONDES, 2002).

Conforme Tannery (1954), no Livro III da “República de Platão”, o filósofo faz a seguinte afirmação:

A força do corpo também deve ser cuidada e caberá à ginástica desenvolvê-la, sem ter, contudo, por finalidade a formação exclusiva de atletas. A alimentação será simples e simples será também a medicina que deve ser reduzida ao seu estado primitivo, isto é, o de atender aos acidentes mais banais. *Aos inválidos não serão dados cuidados: serão simplesmente abandonados* (p. 25, grifo nosso).

Por sua vez, Aristóteles (1988), nascido em Estagira, no ano de 384 a.C., tinha uma concepção de conhecimento divergente da de Platão. Platão concebia o grau máximo de realidade ao pensamento produzido pela razão. Já Aristóteles afirmava que o grau máximo de realidade está no que o homem é capaz de perceber e sentir com os sentidos; além disso, afirmava que conhecimento só pode ser produzido a partir da observação, abrindo caminho para o pensamento científico e para a empiria (MARCONDES, 2002).

Aristóteles concebia o homem como um animal político, destinado a viver em sociedade, e colocava o Estado, na ordem da natureza, como anterior à família e ao indivíduo. Além disso, afirmava que os homens precisavam ser inteligentes e bravos para serem conduzidos pelo legislador. Segue as pegadas de Platão na concepção de sociedade, e afirma que a divisão de ofícios confere o caráter essencial de qualquer organização coletiva. Para ele, o Estado tem uma importância fundante:

Na ordem da natureza, o Estado se coloca antes da família e antes de cada indivíduo, pois que o todo deve, forçosamente, ser colocado antes da parte. Erguei o todo; dele não ficará mais nem pé nem mão, a não ser no nome, como se poderá dizer, por exemplo, uma mão separada do corpo não mais será mão além do nome. *Todas as coisas se definem por suas funções...* (ARISTÓTELES, 1988, p. 14-15, grifo nosso).

Aristóteles (1988) busca examinar a constituição política perfeita e descreve, no livro “A Política”, as ações necessárias para sua ocorrência.

Segundo Marcondes (2002), a política de Aristóteles se articula com a ética, pois a *polis* é o contexto em que o homem virtuoso deve exercer suas atividades, sendo que o agir virtuoso se caracteriza pela relação com os outros, isto é, pela vida social.

Nesse contexto de prescrição de um ideal de sociedade e de concepção ética, é que Aristóteles afirma que “quanto a saber quais os filhos que se devem abandonar ou educar, deve haver uma lei que proíba alimentar toda criança disforme” (ARISTÓTELES, 1988, p. 135).

Verifica-se, então, que, nesse período clássico, a concepção de homem, mundo e sociedade, compartilhada por seus pensadores mais representativos, era calçada na busca de um ideal de sociedade que deveria ter repercussões nas ações e escolhas de um povo. Era um período de formas perfeitas na arquitetura e na arte, de busca de participação do cidadão na política; contudo, era também um período em que o regime de escravidão era legitimado como necessário e em que o valor das pessoas estava em sua função social e na cisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Nessa sociedade, verifica-se que a matriz de interpretação utilizada como referência para a compreensão da deficiência é a perfeição e a função das pessoas para a Cidade/Estado, o que tem implicações na forma como as pessoas com deficiência deveriam ser tratadas: não havia lugar para elas e seu abandono era encarado como uma atitude natural e adequada.

Essa mesma matriz de interpretação e suas repercussões para as pessoas com deficiência voltam a predominar durante as primeiras décadas do Século XX e tem seu apogeu durante a Segunda Guerra Mundial; contudo, ainda ocorre em pequenos grupos na atualidade.



No início do Século XX, florescem na Europa as discussões sobre a eugenia, teoria proposta pelo inglês Francis Galton, no final do Século XIX, que se utilizava de elementos positivistas e darwinistas para defender o argumento de que a raça humana encontrava-se em constante evolução biológica, base da evolução moral, e que a miséria não era histórica e socialmente produzida, mas fruto da incapacidade de espíritos e corpos inferiores em se adaptar às novas condições de evolução da espécie (LIMONCIC, 2004). Também as concepções de Darwin sobre a evolução das espécies e de Mendel sobre a hereditariedade são objetos de estudos e discussões nos meios acadêmicos, políticos e médicos da Europa, principalmente na Alemanha (AGOSTINO, 2004).

Segundo Agostino (2004), antes de os nazistas assumirem o poder, já se discutia, tanto na Alemanha quanto em outros países europeus, a possibilidade de eliminação de indivíduos incapacitados, tendo como argumento, além da justificação oferecida pelas teorias científicas da época, a redução de custos do Estado com a manutenção de deficientes físicos e mentais. "A partir de 1938, todos os nascimentos de crianças com deformações ou problemas mentais passaram a ser comunicados compulsoriamente" (p. 1).

Dentro desse contexto, surge o programa eufemisticamente denominado de *Operação Eutanásia*, tendo como um dos principais centros de operação o número 4 da *Tiergartenstrasse*, em Berlim, ficando conhecido pelo código T-4. Conforme Agostino (2004), apesar de o programa ser denominado de eutanásia, as vítimas não eram nem doentes terminais, nem vítimas de grande sofrimento e nem estavam ansiosas para morrer. As justificativas para a implementação do programa em relação às pessoas com deficiência eram devido à compaixão, eugenia, economia e purificação racial. Esse programa era parte de uma campanha para uma nova medicina do Terceiro Reich, que buscava uma modernização radical das atividades terapêuticas e a eliminação dos casos considerados refratários às terapias existentes. O programa contava com um comitê de especialistas composto por 25 profissionais, entre médicos e psiquiatras, que decidiam o destino da pessoa portadora de deficiência ao analisar se a vida da pessoa valia ou não a pena ser vivida. Segundo Gallagher (1995), durante a Segunda Guerra Mundial morreram acima de duzentos mil cidadãos alemães portadores de deficiência como parte do "Aktion T-4 Euthanasia Program". Esse programa foi sancionado por Hitler em 1939 e interrompido em 1941, devido a protestos de pessoas com deficiência, familiares, amigos e da igreja. Segundo Agostino (2004), mesmo os defensores do nazismo foram contrários ao programa, pois envolvia a eliminação de muitos soldados que se tornaram incapacitados durante a Primeira Guerra Mundial. Gallagher (1995) afirma que, apesar de interrompido oficialmente por Hitler, o programa continuou sendo executado extra-oficialmente até o final da guerra.

A Operação Eutanásia, segundo Gallagher (1995), não era uma aberração nazista; era considerada uma eficiente aplicação, por meio de políticas públicas, das teorias de cientistas e filósofos da sociedade ocidental, como a teoria da evolução de Darwin e a redescoberta dos princípios genéticos da hereditariedade propostos por Mendel e a eugenia de Galton. O social darwinismo e os princípios da eugenia levavam a crer que a hereditariedade era culpada pela insanidade, excentricidade, histeria, epilepsia, utilização de álcool e drogas, convulsões, cegueira, deficiências e demais desventuras humanas. O programa era considerado tão adequado às necessidades e conhecimentos da época que existiam filmes destinados ao treinamento dos médicos para a atuação nesse programa e uma ética médica para a execução das pessoas com deficiência pautada no respeito à pessoa; esta que deveria morrer rapidamente e sem dor.

Outra justificativa para o programa de eutanásia era a perspectiva econômica. Vivia-se um tempo de guerra, com orçamentos limitados, déficits enormes e poucos recursos para a área da saúde. As despesas destinadas às pessoas com deficiência, que não poderiam se tornar economicamente ativas, eram negativas do ponto de vista do custo/benefício, e os recursos destinados à saúde eram racionados (GALLAGHER, 1995).

Constata-se, então, que o modelo de interpretação pautado na construção de uma sociedade ideal e perfeita e na função instrumental das pessoas se descola de seu contexto de emergência e se reinventa em outro contexto e com consequências muito semelhantes para as pessoas com deficiência, isto é, sua completa exclusão.

Segundo Gallagher (1995), as concepções que justificaram a morte de milhares de pessoas com deficiência, durante a Segunda Guerra Mundial, ainda se encontram presentes na atualidade, por meio de atitudes como a recusa de frequentar o mesmo ambiente que essas pessoas; as agressões verbais que afirmam serem elas um peso para o orçamento público, e a violência física e verbal dos grupos neonazistas os quais argumentam que se elas vivessem na época de Hitler seus destinos seriam a câmara de gás. Tais fatos, na verdade, reeditam a interpretação nazista dos pressupostos de Galton, Darwin e Mendel e, também, a concepção de sociedade ideal de Aristóteles e Platão.

## A MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO DA DEFICIÊNCIA COMO FENÔMENO ESPIRITUAL

Localiza-se o surgimento da matriz de interpretação da deficiência como fenômeno espiritual durante a Idade Média (Séc. IV ao Séc. XIV), considerada o corolário da doutrina cristã.

Segundo Marcondes (2002), o primeiro marco da constituição do cristianismo como uma religião independente foi as pregações de São Paulo, judeu helenizado, funcionário do Império Romano. Contudo, apenas no ano de 380 o cristianismo se tornou a religião oficial de todo o Império Romano, devido à conversão do imperador Constantino.

A Idade Média foi marcada pela dissolução do Império Romano, devido às inúmeras invasões bárbaras. Marcondes (2002) afirma que, nesse período, a Igreja foi a principal e quase exclusiva instituição responsável pela educação e pela cultura. Nessa época, surgem os mosteiros e as universidades, em muitos aspectos similares aos que ainda existem na atualidade. Contudo, o ensino era diferenciado segundo as classes sociais: para os ricos, eram destinados preceptores individuais e o ensino das línguas clássicas e da lógica; para os pobres, o ensino dos ofícios.

No ano de 529, foi fundada a Ordem dos Beneditinos<sup>5</sup> - a primeira grande ordem religiosa - e simboliza o momento em que a Igreja cristã interdita a filosofia grega e passa a deter o monopólio da educação, reflexão e meditação (GAARDER, 1995). As ordens mendicantes, dominicanas e franciscanas são criadas mais ou menos na mesma época e, segundo Marcondes (2002), são ordens dedicadas à vida no mundo leigo, à pregação e à conversão dos hereges e pagãos. À ordem criada por São Domingos, Ordem dos Pregadores, surgida no sul da França, é atribuído o combate à heresia, a defesa da fé e, em seguida, a Inquisição.

Do ponto de vista filosófico, a questão central desse período era a demonstração racional da existência de Deus, isto é, a articulação da razão e da fé, sendo herdeiros da concepção de Platão de cisão mente e corpo.

Nessa época, a prática da magia e as relações com o demônio eram dogmas aceitos, e o homem "passou a ser considerado como um ser submetido a poderes invisíveis, tanto para o bem como para o mal" (AMIRALIAN, 1986). Pessoti (1984) explicita as contradições dessa época ao afirmar que a hierarquia clerical, apesar de conhecer a dialética aristotélica e a escolástica e dominar a teologia e os meios de comunicação, não conseguiu vencer as superstições que condenava. Ao perseguir os representantes do diabo, os feiticeiros e as criaturas bizarras e de hábitos estranhos, reafirmava essas crenças, já que admitia sua existência.

<sup>5</sup> Segundo Reily e Reily (2003), o período monástico "mobilizou os pioneiros como o frade beneditino Pedro Ponce de Leon e o abade Charles Michel de L'Épée: que a comunicação pelos gestos constituía uma forma válida e muito eficaz de significação" (p. 11). Contudo, segundo eles, é controversa a atribuição da origem do léxico dos surdos aos sinais monásticos.

Nesse contexto, a concepção de deficiência era submetida à superstição, ora sendo entendida como eleição divina, ora como danação de Deus ou possessão diabólica (PESSOTI, 1984). Assim, durante a Inquisição, todo portador de deficiência que fosse reconhecido por ser uma encarnação do mal (pecado) era destinado à tortura e à fogueira.

Também foi nesse período que, segundo Pessoti (1984), a pessoa com deficiência passou a ser acolhida nos conventos ou igrejas, onde ganhou a sobrevivência, em troca de pequenos serviços à instituição. Apenas no Século XII surge a primeira instituição para abrigar pessoas com deficiência, principalmente deficientes mentais. Amiralian (1986) afirma que essas instituições abrigavam os desprotegidos, infelizes e doentes de toda a espécie; contudo, pouca consideração se tinha para com essas pessoas nesses lugares.

O Novo Testamento é importante para a compreensão da mudança de perspectiva com que a deficiência é tratada. Numa concepção diversa do Antigo Testamento, que trata os infortúnios em geral como uma manifestação dos castigos divinos, o Novo Testamento trata as deficiências também como uma possibilidade de manifestação das obras de Deus. Segundo Bianchetti (1998), as pessoas com deficiência passam a ser consideradas como “instrumentos de Deus para alertar os homens, para agraciar as pessoas com a possibilidade de fazerem caridade” (p. 11).

A institucionalização da deficiência e da loucura encontra, assim, o contexto necessário para a sua justificação. A essas pessoas é necessário conferir a caridade e o abrigo. No entanto, é necessário sublinhar que estas instituições não tinham um cunho profissional; eram abrigos ou asilos mantidos pela caridade da igreja ou das pessoas consideradas normais. O cristianismo modifica o *status* do deficiente de coisa para pessoa. A ética cristã reprime a tendência a livrar-se da pessoa com deficiência pelo abandono ou ausência de alimentação; ela precisa ser mantida e cuidada. Contudo, a igualdade no *status* moral não corresponderá, até a época do iluminismo, a uma igualdade civil, de direitos. A relação com essas pessoas é, ainda, marcada pela segregação, reeditando a contradição castigo-caridade que permeia a concepção cristã sobre a deficiência. A segregação da pessoa com deficiência em instituições apartadas da sociedade torna-se a materialização desse dilema (PESSOTI, 1984). Outra ação social decorrente dessa matriz de interpretação era a exposição pública das pessoas com deficiência, as quais, segundo Marques (1998), ficavam dependentes da compaixão, caridade ou pena das pessoas.

Constata-se, então, a emergência e consolidação de uma matriz de interpretação espiritual sobre a deficiência, caracterizando-a, segundo Aranha (1995), como um “fenômeno metafísico” (p. 65). De tal fenômeno decorre três ações sociais principais: a intolerância, manifestada por meio da inquisição, que associava a deficiência à revelação do pecado; a defesa da existência de instituições que cuidem dessas pessoas; e o incentivo à difusão de donativos como uma forma de caridade. Nessa matriz de interpretação, a pessoa com deficiência está excluída da possibilidade de inclusão por meio do trabalho; sua única contribuição é a prestação de pequenos serviços em algumas instituições em que ficavam asiladas.

A manifestação dessa matriz de interpretação espiritual sobre a deficiência ainda pode ser observada na atualidade. Batista (2004) argumenta que é comum as pessoas portadoras de deficiência serem nomeadas como anjos, principalmente as crianças. Mantoan (2004), também, afirma que muitas pessoas associam os professores, pais e todos os que trabalham com portadores de deficiência como “seres abnegados, santificados em vida, servidores do bem” (p. 98). A exposição pública das pessoas com deficiência, sujeitas à caridade, é, ainda, uma prática fácil de ser encontrada, principalmente em grandes centros urbanos.

## A NORMALIDADE COMO MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO PREDOMINANTE

A matriz de interpretação da deficiência que tem por critério os padrões definidos como normais para o ser humano se origina na Idade Moderna, considerada como o período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, é uma época fecunda do ponto de vista econômico, filosófico e científico. Nesse período, ocorrem as grandes descobertas marítimas; o desenvolvimento do mercantilismo como novo modelo econômico, em substituição à economia feudal e; o surgimento e consolidação dos Estados nacionais (Espanha, Portugal, Países Baixos, Inglaterra e França), no lugar do modelo político denominado de feudalismo. Ocorre o humanismo renascentista no Séc. XV, a Reforma protestante no Séc. XVI e a revolução científica no Séc. XVII. A Revolução Francesa (1789) marca o final da Idade Moderna (MARCONDES, 2002).

O desenvolvimento científico, contudo, ainda permanecia sob a mercê da Igreja. Galileu (1564-1642) é julgado como um herege pelo Santo Ofício por retirar do heliocentrismo copernicano o aparato mítico e hipotético e provar, cientificamente, que Copérnico estava correto, abrindo a possibilidade de suspeita de erro por parte da Santa Escritura (JAPIASSU, 1991).

Segundo Japiassu (1991), nesse período, o mecanicismo apresenta-se como a filosofia da ciência experimental nascente, opondo-se à magia natural e à alquimia. O termo mecânico perde seu caráter pejorativo, pois a realidade histórica apresenta-se fértil, com o desenvolvimento de trabalhos práticos realizados por arquitetos, artesãos, relojoeiros, fabricantes de máquinas e de canhões. As artes mecânicas desfrutavam de prestígio. Além disso, Descartes (1596-1650) encontra uma saída para o monopólio da Igreja em relação ao conhecimento do homem, realizando uma síntese entre o ideal mecanicista de compreensão do mundo e do corpo e uma metafísica que garante os direitos de uma ontologia espiritualista. Ao propor que a matéria é inerte e desprovida de toda propriedade misteriosa ou de forças ocultas, Descartes se coloca como um dos fundadores do racionalismo do Séc. XVII, apontando para o realismo epistemológico; postulado segundo o qual o mundo obedece a leis simples e matematizáveis e, portanto, cognoscíveis apenas pelo raciocínio lógico<sup>6</sup>. Contudo, esse racionalismo repousava numa filosofia deísta, pois se atribuía a Deus o estabelecimento das leis fixas, eternas e universais que regiam o mundo. Inaugura-se a concepção científica do mundo e do homem, e instaura-se a via preferencial de explicação do conhecimento, que é a matemática, adotando-se a metáfora da máquina como modelo de funcionamento do mundo. Essa ruptura com a hegemonia da Igreja elimina, no mundo científico, as explicações sobrenaturais e mágicas, bem como abre caminho para o desenvolvimento do conhecimento da técnica, da manufatura e da medicina, além de garantir à Igreja o monopólio do espírito.

O desenvolvimento da medicina, nesse período, produz um deslocamento na concepção de deficiência que transmuta de seus diversos sentidos espirituais – possessão demoníaca, castigo divino ou manifestação das obras de Deus – para uma manifestação da doença e, portanto, aos médicos cabe o diagnóstico, prognóstico e tratamento da deficiência, normalmente em instituições destinadas a esse fim (PESSOTI, 1984). No entanto, conforme Biachetti (1998), a visão mecanicista do mundo se insere em todos os domínios do conhecimento, fazendo com que o corpo também seja definido como uma máquina e as deficiências como disfunção de uma ou mais peças.

<sup>6</sup> Contudo, o desenvolvimento histórico não é linear e, sim, repleto de contradições e paradoxos. Segundo Japiassu (1991), somente com Newton (1642-1727) e sua teoria da gravidade as explicações de forças ocultas que regiam a natureza inanimada foram definitivamente desmistificadas, mas, na prática, a sociedade da época continuava a manter uma concepção mágica de si mesma e do mundo.

Por outro lado, o empirista inglês John Locke (1632-1704) oferece as bases para uma revolução das doutrinas vigentes sobre a mente humana e suas funções, e abala, de modo irreversível, o dogmatismo ético cristão, principalmente no que se refere ao portador de deficiência mental. Ao colocar a experiência como fundamento de todo o saber, esse pensador defende o argumento de que as idéias e a conduta são o produto da experiência individual e, portanto, a deficiência mental passa a ser concebida como um estágio de carência de idéias e operações intelectuais semelhantes ao do recém-nascido. Abre, assim, a possibilidade de a experiência e de o ensino suprirem essas carências, pois a mente passa a ser entendida como uma *tábula rasa* (PESSOTI, 1984).

Segundo Pessoti (1984), os pressupostos de Locke são a inspiração filosófica de Itard (1774-1838), médico que trabalhou com surdos-mudos, ao qual foi confiada a tarefa de educar o menino selvagem de Aveyron. Sua estratégia para com o menino selvagem foi eminentemente educativa, a despeito de sua formação médica e do diagnóstico do então consagrado psiquiatra francês da época, Philippe Pinel, que considerou Victor (menino selvagem) como um indivíduo desprovido de recursos intelectuais, assim como os demais idiotas do asilo em que trabalhava. Itard, contudo, atribui as dificuldades do menino a uma insuficiência cultural e não biológica, portanto, passível de modificação, como uma *tábula rasa*. Sua principal contribuição foi a idéia de educabilidade dos portadores de deficiência mental, antes abandonados nos asilos.

Apesar das contribuições de Itard, a deficiência mental<sup>7</sup> mantém-se até o século XX como um monopólio médico com enfoque em teorias calcadas na herança genética e no fatalismo biológico. Além disso, a modernidade descrita por Foucault (1989) como sociedade disciplinar ou normalizadora, contribuiu, segundo Marques e Oliveira (2003), para uma concepção de deficiência como desvio da norma. Nesse período, as pessoas com deficiência, juntamente com os loucos, eram destinadas às instituições hospitalares ou psiquiátricas e ficavam asiladas sob os cuidados médicos.

O que se depreende desse período é a mudança de *status* das pessoas com deficiência de vítimas de um poder sobrenatural para o *status* de “desviantes” ou doentes, sendo a matriz de interpretação predominante sobre a deficiência os critérios de normalidade definidos pela medicina.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começa um pouco mais tarde, à época do Império, com a fundação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant), em 1854, e o Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES), em 1856<sup>8</sup>, sendo a institucionalização das pessoas com deficiência, para cuidados profissionais, a via preferencial das ações sociais.

Essa matriz de interpretação manteve sua hegemonia na forma de conceber a deficiência durante várias décadas. Nas décadas de 1960 a 1980, o conceito de normalidade ainda permanecia, no Brasil, como matriz de interpretação predominante. No entanto, as ações decorrentes dessa perspectiva começam a se modificar, visando à reabilitação das pessoas com deficiência para sua integração nas atividades da sociedade. O foco continua sendo a busca de minimização dos desvios, tendo por critério a normalidade. Contudo, abre-se a perspectiva de integração social das pessoas com deficiência por meio da reabilitação e a adequação delas ao sistema social. Nessa perspectiva, “a deficiência tem sido concebida como um fenômeno essencialmente individual” (Omote, 1995).

Como as demais, essa matriz é muito encontrada na atualidade. São inúmeras as práticas educacionais e profissionais que segregam e mantêm os portadores de deficiência em espaços diferenciados das demais pessoas. Elas ficam entregues aos cuidados de profissionais especializados, como as escolas especializadas, as oficinas de trabalho protegidas e os serviços de reabilitação,

<sup>7</sup> A história da etiologia da deficiência mental é reconstituída com maestria por Pessoti (1984) no livro *Deficiência Mental: da superstição à ciência*.

<sup>8</sup> Para maior conhecimento sobre a história da educação especial no Brasil, ver Mazzotta (1997) e Kassir (1999).



cujo foco permanece apenas na “retificação” da pessoa com deficiência para sua adequação social.

Ainda nessa matriz de interpretação podem ser contempladas as práticas de inserção de pessoas com deficiência nas empresas que utilizam a deficiência como critério de alocação nas funções e não o potencial delas para o trabalho; outra prática é a segregação das pessoas com deficiência em setores específicos da empresa separados dos demais. A matriz de interpretação continua sendo a normalidade e a pessoa com deficiência um “desviante” que precisa adequar-se, segundo sua deficiência, ao ambiente de trabalho.

## A INCLUSÃO SOCIAL COMO MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO

Essa matriz tem sua origem no Século XX, que nasce como um herdeiro da Revolução Industrial iniciada no Séc. XVIII na Inglaterra. É um período marcado pela produção industrial, pelo desenvolvimento tecnológico e da informação, pela acumulação de capital, pelo apogeu e queda dos movimentos sindicais em prol de melhores condições de trabalho, pelo movimento das minorias em busca de garantir seus direitos civis, por crises e mudanças.

Nesse século, são criadas, no mundo inteiro, instituições especializadas no atendimento das deficiências e implantados programas de reabilitação. Organizações intergovernamentais, como a ONU (Organização das Nações Unidas), OMS (Organização Mundial da Saúde), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e OIT (Organização Internacional do Trabalho), passam a apoiar a equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência e a criar um intercâmbio de conhecimentos sobre a deficiência.

A partir das décadas de 1960 e 1970, notadamente nos Estados Unidos, ocorre uma forte defesa dos direitos humanos e civis pelos movimentos sociais de minorias. Esse movimento da sociedade, dos grupos minoritários e das próprias pessoas com deficiência, contribuiu para o surgimento de uma nova perspectiva ideológica em relação à questão, com forte ênfase nos direitos, na iniciativa individual e na autonomia dessas pessoas (GOSS; GOSS e ADAM-SMITH, 2000).

Na atualidade, os estudos sobre a inserção de pessoas com deficiência se posicionam, de forma explícita ou implícita, sob a égide de dois paradigmas políticos internacionais dominantes. Um, derivado dos Estados Unidos e Canadá, tem por foco fortes medidas antidiscriminação, com ênfase nos direitos civis e no modelo de vida independente por parte da pessoa com deficiência (BATÁVIA e SCHRINER, 2001; GOSS e GOSS e ADAM-SMITH, 2000); e, outro, proveniente de países europeus, se origina e depende substancialmente de cotas compulsórias de emprego e de uma extensiva ação do Estado (GOSS; GOSS e ADAM-SMITH, 2000). Nesse segundo paradigma é que o Brasil se enquadra.

O Brasil é parte integrante desse contexto mundial. No final da década de 80, tem-se o término de 20 anos de ditadura militar. Em 1992, ocorre a abertura da economia nacional e o país entra no cenário comercial mundial. Segundo Pochmann (2000), durante os anos 90, os países latino-americanos, inclusive o Brasil, passam por programas de estabilização monetária ancorados no dólar, por ajustes no padrão de competitividade e por alteração dos sistemas de proteção social. As dívidas externa e interna do Brasil impõem medidas de contenção de despesas públicas. O modelo neoliberal de redução do Estado em favor do mercado se sistematiza no país. Os programas inspirados no Estado de Bem-Estar Social se enfraquecem, novas leis trabalhistas, de aposentadorias e de seguro social são implementadas.

Nesse contexto, há uma confluência de interesses: as pessoas com deficiência se organizam e reivindicam equiparação de oportunidades e garantia dos direitos civis; o Estado precisa diminuir suas despesas públicas, inclusive com o seguro social das pessoas com deficiência; e as organizações mundiais pressionam pela defesa dos direitos humanos das minorias.



Assim, a deficiência tem se deslocado de uma matriz de interpretação calçada na normalidade para se inserir em uma matriz na qual a inclusão social ganha *status* de discurso e interpretação dominante. Nessa matriz, as ações - ou, nesse momento, as intenções - decorrentes são no sentido de modificar a sociedade para que esta seja acessível a todos<sup>9</sup>.

Configura-se, então, um novo modelo de interpretação das deficiências, o qual perde seu caráter de atributo individual e passa a ser um fenômeno contingencial que remodela as ações sociais, procurando ajustar o ambiente também à natureza das pessoas com deficiência. O pressuposto é de que a pessoa com deficiência deva ser incluída na sociedade e no trabalho tendo por parâmetro suas potencialidades, e que as organizações e a sociedade precisam se ajustar para garantir a plena participação dessas pessoas. Contudo, é necessário sublinhar que essa é uma matriz de interpretação recente que precisará de tempo para ser incorporada.

## A TÉCNICA COMO MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO DOMINANTE

Essa matriz de interpretação tem se configurado, na atualidade, como uma decorrência do que Alves e Galeão-Silva (2004) identificaram e que consiste no deslocamento da questão da diversidade como problema social para se transformar em um problema técnico a ser gerenciado como um recurso dentro das organizações de trabalho, o que se denomina por gestão da diversidade.

No Brasil, a força da lei de cotas<sup>10</sup> tem sido um argumento forte na inclusão das pessoas com deficiência, tornando a gestão desse tipo de diversidade uma questão relevante para o campo organizacional.

Dois correntes mais expressivas têm predominado nas discussões sobre a gestão da diversidade cultural e que necessitam ser verificadas sob o foco nas pessoas com deficiência: a concepção da gestão da diversidade como fonte de vantagem competitiva para as organizações (COX e BLAKE, 1991; FLEURY, 2000) e a diversidade como possibilidade de coesão e sucesso grupal, sendo considerada, quando bem administrada, um ativo para o desempenho organizacional (DADFAR e GUSTAVSSON, 1992).

Também Barbosa e Cardoso (2005), ao estudar a diversidade cultural, reafirmam as constatações de Cox e Blake (1991), no que dizem respeito às pesquisas recentes que têm mostrado as possíveis vantagens e desvantagens trazidas pela gestão da diversidade. Quando orientada e administrada estrategicamente pode trazer vantagens: capacita as organizações para atrair, recrutar e reter os mais adequados talentos humanos; melhora o processo decisório; auxilia as organizações a reduzir custos associados com *turnover*, absenteísmo, estresse e baixa produtividade de trabalhadores não tradicionais e com processos judiciais relativos à discriminação; aumenta a flexibilidade organizacional e individual; e capacita as organizações para a concorrência em diversos mercados. Mas, algumas desvantagens da diversidade, nas organizações, também são apontadas: o aumento dos conflitos pessoais e dos problemas de comunicação que tendem a ocorrer entre trabalhadores de diversas culturas, implicando em menores índices de satisfação, de comprometimento e aumento dos níveis de rotatividade entre o grupo cultural dominante; aumento do custo inicial devido à necessidade de administrar as diferenças, dentre outras. Constatações que precisam ser analisadas em relação às pessoas com deficiência.

<sup>9</sup> A Igreja Católica, na atualidade tem pautado suas ações a partir da matriz de interpretação da inclusão social, o que pôde ser verificado a partir da Campanha da Fraternidade de 2006, cujo tema foi "Fraternidade e pessoas com deficiência", e o lema, "Levanta-te e vem para o meio". Com esse tema, a Igreja Católica chama a atenção para uma nova visão a respeito da deficiência, favorecendo a igualdade e a inclusão dessas pessoas no meio social.

<sup>10</sup> Estudos sobre o impacto das cotas para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho têm sido realizados, mostrando o não cumprimento da lei (NERI et al, 2003; HEINSKI e BIGNETT, 2002) e as resistências decorrentes desse tipo de ação (BATISTA, 2004).

Devido à sua configuração tão recente, maiores investigações serão necessárias para verificar se essa matriz de interpretação se constitui em uma única matriz, aqui denominada de técnica, ou se conformará por diferentes interpretações, necessitando de uma análise multinível, como, por exemplo, focando predominantemente nos aspectos relacionados às vantagens competitivas para as organizações; em aspectos de sucesso ou dificuldades para os grupos; em expectativas diferenciadas de desempenho individual, dentre outros. Thomas Jr. (1991) propôs que a gestão da diversidade cultural deva ser tratada em três níveis simultaneamente: individual, interpessoal e organizacional.

Apesar de recente, o que predomina nessa matriz é sua interpretação técnica da diversidade, vista como recurso a ser controlado, planejado e administrado para a obtenção de resultados para as organizações de trabalho, o que oferece às pessoas com deficiência a possibilidade real de inclusão nas organizações.

Dentre as interpretações sobre as possibilidades de trabalho das pessoas com deficiência, como recurso a ser administrado, estão: a perspectiva de ganhos para a empresa decorrentes do aumento de prestígio da imagem da organização perante seus clientes e funcionários, bem como da melhoria do clima organizacional; e a alegação de que o desempenho das pessoas com deficiência supera as expectativas iniciais da contratação (GIL, 2002). Essas interpretações e expectativas em relação à inserção de pessoas com deficiência, própria da matriz técnica de interpretação da deficiência, precisam ser ratificadas ou retificadas por pesquisas empíricas nas organizações.

## SÍNTESE DAS MATRIZES DE INTERPRETAÇÃO SOBRE A DEFICIÊNCIA

As matrizes de interpretação do Quadro 1 formam o conjunto explicativo que ancora os pressupostos subjacentes os quais especificam as visões compartilhadas

**QUADRO 1 - Principais Concepções de Deficiência**

<b>Matriz de interpretação predominante</b>	<b>Ação social decorrente</b>	<b>Possibilidades de inserção da pessoa com deficiência</b>
Subsistência/sobrevivência	Ações de exclusão ou inclusão social da PPD com vistas a propiciar a manutenção da sociedade	Integração mediante comprovação de contribuição social efetiva, por meio do trabalho.
Sociedade ideal e função instrumental da pessoa	Exclusão social	Ausência de possibilidade de integração
Espiritual	Segregação/caridade	Segregação em instituições de caridade separadas da sociedade ou exposição pública sujeita à compaixão. O sentimento de caridade é o fator determinante dessa matriz
Normalidade	Segregação /integração	Segregação em instituições hospitalares ou psiquiátricas ou inserção da pessoa com deficiência mediante sua "retificação" e adequação social
Inclusão social	Inclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais	Inclusão das pessoas com deficiência a partir das modificações dos espaços sociais, visando ser acessível a todos
Técnica	Gestão da diversidade como recurso a ser administrado nas organizações de trabalho	Inclusão no trabalho das pessoas com deficiência e gestão do trabalho dessas pessoas como um recurso dentro das organizações

Fonte: baseado na revisão da literatura apresentada no artigo.

das da realidade, referidas e originárias de contextos históricos específicos, mas não reduzidos a eles. No Quadro 1, também, estão contidas as principais ações sociais decorrentes dessas visões e as possibilidades de inserção das pessoas com deficiência.

As matrizes de interpretação sobre a deficiência, enunciadas acima, também podem ser definidas como modelos ou tipos ideais<sup>11</sup>, isto é, como instrumentos intelectuais que funcionam como um meio heurístico para compreender uma determinada realidade, sem, contudo, pretender reproduzi-la. Então, a despeito de suas diferentes origens históricas, essas matrizes são formas de interpretação da deficiência ainda presente na atualidade, podendo ser identificadas através de seus modelos explicativos sobre a deficiência e de seu impacto para a inserção das pessoas com deficiência.

Foram identificadas seis matrizes de interpretação sobre a deficiência. A matriz da subsistência/sobrevivência tem como pressuposto a necessidade de manutenção da organização social e do trabalho e seu primeiro impacto para a pessoa com deficiência é a exclusão; contudo, está aberta uma possibilidade de integração mediante a necessidade social ou a comprovação por parte da pessoa com deficiência de sua capacidade de contribuição, principalmente por meio do trabalho. Os princípios que norteiam essa matriz estão presentes de forma implícita em todas as outras matrizes.

A sociedade ideal e função instrumental da pessoa como matriz de interpretação está calcada na busca de uma organização social ideal e de um homem perfeito, belo e que tem uma função definida na sociedade. A consequência desse modo de pensamento é a completa exclusão da pessoa com deficiência.

A deficiência como fenômeno espiritual atribui uma origem metafísica à deficiência e a considera uma manifestação de desejos ou castigos divinos, gerando a segregação das pessoas com deficiência e contribuindo para o surgimento de sentimentos de caridade e compaixão em relação a elas.

A normalidade como matriz de interpretação tem na norma seu padrão de avaliação, sendo a deficiência considerada um "desvio" ou "doença" que necessita de cuidados especiais dos profissionais da saúde. A possibilidade de inserção das pessoas com deficiência se dá mediante a reabilitação dessas pessoas e de sua adequação ao sistema social.

A inclusão como matriz de interpretação desloca a deficiência de um problema individual para um problema social. Seu pressuposto é de que a sociedade tem que se adaptar para incluir a todos. Abre-se, então, a possibilidade de inclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais, tendo como pressuposto a adaptação da sociedade e a inclusão das pessoas com deficiência a partir de suas potencialidades.

A matriz de interpretação técnica da deficiência se materializa quando a diversidade passa a ser um recurso a ser gerido nas organizações. Nessa matriz, são contempladas as práticas sociais e organizacionais que viabilizem a participação e inclusão das pessoas com deficiência e, assim, reflitam a percepção quanto à avaliação dos benefícios da inserção de pessoas com deficiência para a empresa; quanto ao desempenho dessas pessoas; quanto à preparação das chefias e funcionários para o processo de inserção; e quanto às possíveis avaliações do vínculo dessas pessoas com a organização.

## CONCLUSÃO

Considerando que a interpretação sobre a deficiência é um fator importante para a compreensão das ações sociais empreendidas em relação às pessoas com deficiência, a remissão à história torna-se um artifício importante, no sentido de se compreender as diferentes concepções de deficiência desenvolvidas ao longo do

<sup>11</sup> O tipo ideal é uma construção que "nada tem de comum com o ideal ou o dever ser no sentido ético (...) sua única perfeição é de ordem lógica e não moral; ele exclui toda avaliação" (FREUND, 1975).

tempo e reeditadas em contextos e épocas diferentes. Esta reedição nos mostra que as formas de se ver a deficiência não estão circunscritas no contexto que as originaram, mas que permanecem como possibilidades reais de se lidar com as pessoas com deficiência, mesmo modificadas as condições originais.

A coexistência contemporânea de traços das diferentes matrizes apresentadas indica que a gestão dessa dimensão da diversidade pode se configurar como uma tarefa complexa, pois implica na administração de concepções de deficiência, às vezes, antagônicas, dentro de uma mesma organização, com implicações para o trabalho das pessoas com deficiência.

Por outro lado, quando se ultrapassa a dimensão dos estereótipos e dos preconceitos, para recolocar a questão das crenças e interpretações em uma perspectiva histórica, contata-se a dimensão contingencial da deficiência. Esta perde seu caráter de “[...] perda ou anormalidade... que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (DECRETO nº 3.298/1999), para ser compreendida como produto da articulação entre condição biológica e contingências históricas, sociais e espaciais. Além disso, é importante sublinhar que, embora o Estado tenha reconhecido os direitos das pessoas com deficiência, a legitimação desse direito por parte da sociedade vai demandar uma ressignificação de diversas concepções de deficiência ainda presentes na atualidade.

As organizações, por seu turno, têm se deparado com a necessidade de administrar a inserção e a manutenção de pessoas com deficiência em seu quadro de pessoal. Então, entender a forma como essas pessoas são vistas pela empresa é um passo importante para assegurar uma melhor gestão da dimensão da diversidade, pois se as matrizes de interpretação da deficiência tiveram formas diferentes ao longo do tempo é sinal de que elas podem e devem se modificar. Nesse sentido, o recurso da análise histórica desnaturaliza a questão da deficiência como um atributo característico das pessoas com deficiência e a recoloca na dimensão das relações.

Por último, as matrizes de interpretação identificadas podem ser utilizadas como instrumento heurístico para a compreensão das concepções de deficiência predominantes nas organizações de trabalho. É necessário o desenvolvimento de investigações para verificar sua potencialidade empírica, além de estudos que possam analisar possíveis relações dessas matrizes com as políticas e práticas de Recursos Humanos e com outras dimensões de análise do comportamento organizacional.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINO, C. G. W. *Operação Eutanásia*. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/depd32.html>>. Acesso em: 27 dez. 2004.
- ALVES, M. A; GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, v. 44, n. 3, p. 20-29, jul./set. 2004.
- AMIRALIAN, M. L. T. M. *Psicologia do excepcional*. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de psicologia, v. 8).
- ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodologia. *Temas em Psicologia*, n. 2, p. 63-70, 1995.
- ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A., 1988. (Coleção Universidade de Bolso).
- BARBOSA, I.; CARDOSO, C. C. Managing diversity in the academic context: a challenge to organizational culture. 4<sup>th</sup> Iberoamerican Academy of Management, 2005, Lisboa. *Anais eletrônicos...* Lisboa: 4<sup>th</sup> Iberoamerican Academy of Management, 2005. Cd-rom.

BATAVIA, A. I.; SCHRINER, K. The Americans with Disabilities Act as engine of social change: models of disability and the potential of civil rights approach. *Policy Studies Journal*, v. 29, n. 4, p. 690-702, 2001.

BATISTA, C. A. M. *Inclusão: construção na diversidade*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2004.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L; FREIRE, I. M. (Org.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. Campinas: Papirus, 1998. p. 21-51.

BOUDON, R. *Para que serve a noção de estrutura?* Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca Ltda, 1974.

BRASIL. *Lei n. 8.213*, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto n. 3.298*, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L.; SCHERER, F. L. Inclusão no mercado de trabalho: um estudo com pessoas portadoras de deficiência. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 28., 2004, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba:EnANPAD, 2004. Cd-rom.

COX JR., T.; BLAKE, S. Managing cultural diversity: implication for organizational competitiveness. *The Academy of Management Executive*, v. 5, n. 3, p. 45-56, Aug. 1991.

CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. *Temas em Psicologia*, n.3, p. 47-70, 1996.

CROSS, E. Y.; KATZ, J. H.; MILLER, E.; SEASHORE E, W. *The promise of diversity*. Burr Ridge, IL: Irwin, 1994.

DADFAR, H.; GUSTAVSSON, P. Competition by effective management of cultural diversity. *International Studies of Management & Organization*, v. 22, p. 81-92, 1992.

DOMINGUES, I. *Epistemologia das ciências humanas – Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica – Durkheim e Weber*. São Paulo: Loyola, 2004. v.1.

FIGUEIREDO, L. C. M. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991. 208 p.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, v. 40, n. 3, p. 18-25, jul./set. 2000.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

GAARDER, J. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GALLAGHER, H. G. "Slapping up spastics": the persistence of social attitudes toward people with disabilities. *Law & Medicine*, v. 10, issue 4, Spring 1995. Disponível em: EBSCOhost (database: Business Source Premier). Acesso em: 30 nov. 2004.

GIL, M. (Coord.). *O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência*. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

GLAT, R. Integração dos portadores de deficiência: uma questão psicossocial. *Te-*

*mas em Psicologia*, n. 2, p. 89-94, 1995.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. São Paulo: Zahar Editores, 1989.

GOSS, D; GOSS, F; ADAM-SMITH, D. Disability and employment: a comparative critique of UK legislation. *The International Journal of Human Resource Management*, 11:4, p. 807-821, Aug. 2000.

HANASHIRO, D. M. M.; GODOY, A. S. Um preâmbulo à gestão da diversidade: da teoria à prática. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 28., 2004, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba: EnANPAD, 2004. Cd-rom.

HEINSKI, R. M. M. S; BIGNETTI, L. P. A inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho. Cladea, 2002. Porto Alegre. *Anais eletrônicos...*, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2000*. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, 2002 Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2002.

JAMIESON, D.; O'MARA, J. *Managing workforce 2000*. San Francisco: Jossey-Bass, 1991.

JAPIASSU, H. *As paixões da ciência*: estudos de história das ciências. São Paulo: Letras & Letras, 1991.

KASSAR, M. C. M. *Deficiência múltipla e educação no Brasil*: discurso e silêncio na história dos sujeitos. Campinas: Autores Associados, 1999.

LIMONCIC, F. Eugenia. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/depd15.html>>. Acesso em: 27 dez. 2004.

MANSAN, J. A relação entre a mitologia e a hierarquia de ocupações. In: MANSAN, J. A. Hefestos e os heróis secretos da Grécia Antiga. cap. 3. Disponível em: <<http://historiografia.vilabol.uol.com.br>>. Acesso em: 11 dez. 2004.

MANTOAN, M. T. E. O direito à diferença na igualdade dos direitos – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências. In: BATISTA, C. A. M. (Coord.). *Ética da inclusão*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2004. p. 94-104.

MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

MARQUES, C. A. Implicações políticas da institucionalização da deficiência. *Educação e Sociedade*, v. 19, n. 62, p. 1-21, abr. 1998.

\_\_\_\_\_. A construção do anormal: uma estratégia de poder. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 24., 2001, Caxambú. *Anais eletrônicos...* Caxambú: ANPED, 2001. Cd-rom.

MARQUES, L. P; OLIVEIRA, F. D. Inclusão: os sentidos nas/das dissertações e teses. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 26., 2003, Poços de Caldas. *Anais eletrônicos...* Poços de Caldas: ANPED, 2003. Cd-rom.

MAZZOTTA, M. J. S. *Fundamentos de educação especial*. 2. ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia. Ltda., 1997.

MEUNIER, M. *Nova mitologia clássica*: a legenda dourada. 2. ed. São Paulo: IBRASA – Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A., 1976. (Biblioteca História, 10).

NERI, M. *et al. Retratos da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.



NKOMO, S. M.; COX JR., T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, S. R. *et al. Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. v. 1. São Paulo: Atlas, 1999. p. 334-360.

OMOTE, S. Estereótipos a respeito de pessoas deficientes. *Didática*, n.22/23, p. 167-180, 1987.

\_\_\_\_\_. A integração do deficiente: um pseudo-problema científico. *Temas de Psicologia*, n. 2, 1995.

PESSOTTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984. (Biblioteca de Psicologia e Psicanálise, v. 4).

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 2000.

POPOVICH, P. M. *et al.* The assessment of attitudes toward individuals with disabilities in the workplace. *The Journal of Psychology*, v. 137, n. 2, p. 163-177, 2003.

QUINTÃO, D. T. R. Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social. *Psicologia e Sociedade*, v. 17, n. 1, p. 17-28, jan/abr. 2005.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG *et al.* (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. v.1. São Paulo: Atlas, 1999. p. 61-98.

REILY, L.; REILY, D. A. A igreja monástica e a constituição da língua de sinais e do alfabeto manual. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 26., 2003, Poços de Caldas. *Anais eletrônicos...* Poços de Caldas: ANPED, 2003. Cd-rom.

SASSAKI, R. K. *Inclusão*. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

STONE, D. L.; COLELLA, A. A model of factors affecting the treatment of disabled individuals in organizations. *Academy of Management Review*, v. 21, Issue 2, April, 1996.

TANNERY, P. Platão – vida, obra, doutrina. In: PLATÃO. *Diálogos: Mênon – Banquete – Fedro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1954. p. 13-52.

THOMAS, JR., R. R. *Beyond race and gender: unleashing the power of your total work force by managing diversity*. New York: AMACOM, 1991.

WOODHAMS, C.; DANIELI, A. Disability and diversity – a difference too far? *Personnel Review*, v. 29, n. 3, 15 p., 2000.